



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

LEI Nº. 938/2010, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2010.



Institui o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME), às Empresas de Pequeno Porte (EPP) e ao Empreendedor Individual (EI), no âmbito do Município de São João de Pirabas, Estado do Pará, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE PIRABAS, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 63, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei estabelece o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às Microempresas (ME), às Empresas de Pequeno Porte (EPP) e ao Empreendedor Individual (EI) no âmbito do Município de São João de Pirabas, na conformidade das normas gerais previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em especial ao que se refere:

- I. benefícios e incentivos fiscais municipais dispensados às micro e pequenas empresas;
- II. preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III. incentivo a geração de empregos;
- IV. incentivo à formalização de empreendimentos;
- V. incentivo à inovação e ao associativismo;
- VI. abertura e fechamento de empresas.

Art. 2º. Para o recolhimento do imposto sobre serviços do (ISS) devido pelas ME e EPP estabelecidas em seu território, o Município adotará o regime tributário diferenciado, favorecido e simplificado, concedido a essas empresas (SIMPLES NACIONAL), instituído pela Lei Complementar federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, segundo normas baixadas pelo Comitê Gestor de Tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos previstos no artigo 2º dessa Lei Complementar, especialmente em relação:

- I. à apuração e recolhimento do tributo, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias (SIMPLES NACIONAL);
- II. à instituição e abrangência do SIMPLES NACIONAL, bem como hipótese de opção, vedações e exclusões, fiscalização e processo administrativo-fiscal;
- III. às normas relativas aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, previstas pela legislação federal do Imposto de Renda e imposição de penalidades.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 3º. No âmbito do Município, o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte que trata o artigo 1º desta Lei Complementar será gerido pelo Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

- I. acompanhar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte no Município, inclusive promovendo medidas de integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;
- II. orientar e assessorar a formulação e coordenação da política municipal de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte;
- III. acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das microempresas e empresas de pequeno porte, do Fórum Estadual da microempresa e da empresa de pequeno porte e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios;
- IV. sugerir e/ou promover ações de apoio ao desenvolvimento da microempresa e da empresa de pequeno porte local ou regional.

Art. 4º. O Comitê Gestor Municipal atuará junto ao Gabinete do Prefeito Municipal e será integrado por:

- I. 03 (três) representantes das Secretarias Municipais indicados pelo Sr. Prefeito Municipal, cabendo a um deles a presidência do órgão;
 - II. Por representantes de entidades do comércio, indústria, serviços ou de produção rural existentes no Município;
 - III. Por um representante de cada entidade de apoio ou representativa das micros e pequenas empresas existentes no Município, conforme definido em Decreto do Executivo;
- § 1º. Ato do Poder Executivo indicará no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de promulgação da presente Lei, os membros do Comitê Gestor Municipal.
- § 2º. O Comitê Gestor Municipal terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da posse de seus membros, para elaborar seu regimento interno.
- § 3º. O Regimento Interno definirá a composição e as atribuições da Secretaria Executiva.
- § 4º. Poderá o Poder Executivo conferir caráter normativo às decisões do Comitê Gestor Municipal, "ad referendum" do Poder Executivo Municipal.
- § 5º. A função de membro do Comitê Gestor Municipal não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

Art. 5º. Caberá ao Presidente do Comitê Gestor Municipal, ou à pessoa indicada por ele, a função de Agente de Desenvolvimento, de que trata o artigo 85-A da Lei Complementar 123/2006, na redação da Lei Complementar 128/2008.

§ 1º. O Agente de Desenvolvimento de que trata este artigo terá sua função determinada pelo Comitê Gestor em consonância com as ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e regional previstas na Lei Complementar 123/2006 e atuara sob sua supervisão.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá preencher os seguintes requisitos:



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

- I - residir na área do Município;
- II - haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;
- III - haver concluído o ensino fundamental.

CAPÍTULO II
DEFINIÇÃO DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 6º. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

- I. Microempresa – ME, ou empresa de pequeno porte - EPP, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário como definidas na Lei Complementar (federal) nº 123 de 14 de dezembro de 2006, art. 3º;
- II. Micro empreendedor individual – MEI, para efeito de aplicação, o empresário individual que optar por pertencer a essa categoria desde que tenha auferido receita bruta, no ano calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), e atenda todos os requisitos a ele previstos na Lei Complementar (federal) nº 123/2006 inciso I art. 18-A, 18-B, 18-C e na redação da Lei Complementar (federal) nº 128/2008;
- III. Pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto no artigo 970 e no § 2º do art. 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa da forma da lei complementar federal referida no inciso anterior, que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) (Lei Complementar federal nº 123/2006, art. 68);

Parágrafo Único. Os valores de referência obedecerão às atualizações verificadas mediante lei complementar federal.

CAPÍTULO III
DA INSCRIÇÃO E BAIXA
SEÇÃO I
Alvará de Funcionamento Provisório

Art. 7º. Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem o alvará de licença, que atestara as condições do estabelecimento concernente à localização, à segurança, à higiene, à saúde, à ordem, aos costumes, ao exercício de atividades dependentes de concessão, permissão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública, ao respeito à propriedade, ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, à garantia do cumprimento da legislação urbanística e demais normas de posturas, observado o seguinte:

- I. Quando o grau de risco da atividade não for considerado alto, conforme definido em regulamento, será emitido Alvará de Funcionamento Provisório, que permitira o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro;



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

II. Sendo o grau de risco da atividade considerado alto, a licença para localização será concedida após a vistoria inicial das instalações consubstanciadas no alvará, decorrente das atividades sujeitas à fiscalização municipal nas suas zonas urbana e rural, mediante o recolhimento da respectiva taxa.

§ 1º. Na hipótese do inciso I do "caput" deste artigo, deverão ser respeitadas as condições abaixo especificadas:

I. o alvará de Funcionamento Provisório será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do objeto social, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio, vigentes no Município;

II. a emissão do Alvará de Funcionamento Provisório dar-se-á mediante a assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade por parte do responsável legal pela atividade, pelo qual este firmara compromisso, sob as penas da Lei, de observar, no prazo indicado, os requisitos de que trata o inciso anterior;

III. a transformação do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento será condicionada à apresentação das licenças de autorização de funcionamento emitida pelos órgãos e entidades competentes, sendo que os órgãos públicos municipais deverão emitir tais laudos de vistoria ou exigências no prazo Máximo de 60 (sessenta) dias.

§ 2º Considerando a hipótese do inciso II do "caput" deste artigo, não sendo emitida a licença de autorização de funcionamento ou laudo de exigências no prazo de 60 (sessenta) dias da solicitação do registro, será emitido, pelo órgão responsável, o Alvará de Funcionamento Provisório nos termos do parágrafo anterior.

§ 3º. O Poder Executivo definirá, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei Complementar, a atividade cujo grau de risco seja considerado alto e que exigirão vistoria prévia.

§ 4º. As atividades eventuais, tais como, feiras, festas, circos, bem como de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, não estão abrangidas por este artigo, devendo ser aplicada a legislação específica.

§ 5º. É obrigatória a fixação, em local visível e acessível à fiscalização, do alvará de licença para localização.

§ 6º. Será exigida a renovação de licença para localização sempre que ocorrer mudança de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência do local.

Art. 8º. O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente cassado quando:

I. no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela autorizada;

II. forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, ou se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;

III. ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais;



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

- IV. for constatada irregularidade não passível de regularização;
V. for verificada a falta de recolhimento das taxas de licença de localização e funcionamento.

Art. 9º. O Alvará de Funcionamento Provisório será imediatamente declarado nulo quando:

- I. expedido com inobservância de preceitos legais e regulamentares;
II. ficar comprovada a falsidade ou inexatidão de qualquer declaração, documento ou descumprimento do termo de responsabilidade firmado.

Art. 10. A interdição ou o desinterdito do estabelecimento, cassação, nulidade e restabelecimento do Alvará de Funcionamento Provisório, competem ao titular da Secretaria ou mediante solicitação de órgão ou entidade diretamente interessado.

Art. 11. O Poder Público Municipal poderá impor restrições às atividades dos estabelecimentos com Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo, no resguardo do interesse público.

Art. 12. Após o ato de registro e seu respectivo acolhimento pela Prefeitura do Município, fica o requerente dispensado de formalização de qualquer outro procedimento administrativo para obtenção do Alvará de Funcionamento Definitivo, devendo as Secretarias interessadas processar o procedimento administrativo de forma única e integrada.

SEÇÃO II
Consulta Prévia

Art. 13. A solicitação do Alvará inicial de Localização e suas alterações para funcionamento de estabelecimento no Município será precedida de consulta prévia nos termos do regulamento.

Parágrafo Único. A consulta prévia informará ao interessado:

- I. Descrição oficial do endereço de seu interesse com a possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;
II. Todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segunda a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

Art. 14. O Órgão Municipal competente dará resposta à consulta prévia num prazo máximo de 48 quarenta e oito horas para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade solicitada.



SEÇÃO III
DISPOSIÇÕES GERAIS
SUBSEÇÃO I
CNAE – FISCAL

Art. 15. Fica adotada, para utilização no cadastro e nos registros administrativos do Município, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal (CNAE – Fiscal), oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998 e atualizações posteriores.

Parágrafo Único. Compete a Secretaria Municipal Finanças, através do seu Departamento de Tributos, zelar pela uniformidade e consistência das informações da CNAE – Fiscal, no âmbito do Município.

SUBSEÇÃO II
ENTRADA ÚNICA DE DADOS

Art. 16. Será assegurada ao contribuinte entrada única de dados cadastrais e de documentos, observada a necessidade de informações por parte dos órgãos e entidades que compartilham das informações cadastrais.

Art. 17. Para atender o disposto no artigo anterior e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor com as seguintes competências:

- I. disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;
- II. emissão de certidões de regularidade fiscal;
- III. orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento bem como situação fiscal e tributaria das empresas;
- IV. outras atribuições fixadas em regulamentos.

§ 1º. Para a consecução dos seus objetivos na implantação da Sala do Empreendedor a Administração Municipal poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas, para oferecer orientação sobre abertura, funcionamento e encerramento das empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

§ 2º. Em até 180 (cento e oitenta) dias da entrada em vigor desta Lei, o Poder Executivo deverá implantar e regulamentar a Sala do Empreendedor.



SUBSEÇÃO III

Micro empreendedor Individual- MEI

Art. 18. O processo de registro do Micro empreendedor individual-MEI de que trata o inciso III do artigo 4º desta Lei Complementar deverá ter trâmite especial opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios (Lei Complementar federal nº 123/2008, art. 4º, §§ 1º a 3º e art. 7º, na redação da Lei Complementar federal nº 128/2008).

§ 1º. O Órgão Municipal que acolher o pedido de registro do Micro empreendedor individual deverá utilizar formulários como requisitos mínimos constantes do art. 968 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, remetendo mensalmente os requerimentos originais ao Órgão de registro do comércio ou seu conteúdo em meio eletrônico, para efeito de inscrição, na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios.

§ 2º. Ficam reduzidos a zero (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto neste artigo.

§ 3º. Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o micro empreendedor individual, para microempresas e para empresas de pequeno porte:

- a) instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária;
- b) em residência do micro empreendedor individual ou do titular ou sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte, na hipótese em que a atividade não gere grande circulação de pessoas.

SUBSEÇÃO IV

Outras Disposições

Art. 19. Os órgãos ou entidades municipais envolvidos na abertura e fechamento de empresas devem:

I. articular as competências próprias com os órgãos e entidades estaduais e federais com o objetivo de compatibilizar e integrar seus procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo;

II. adotar os procedimentos que tratam do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas oriundos do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios (Lei Complementar federal nº 123/2006, art. 2º, III e § 7º, na redação da Lei Complementar federal nº 128/2008).

§ 1º. Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para fins de registro e legalização de microempresas e empresas de pequeno porte, deverão



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos entes e órgão municipais, no âmbito de suas competências.

§ 2º. Ocorrendo a implantação de cadastros sincronizados ou banco de dados nas esferas governamentais referidas no inciso I do "caput" deverão firmar convenio no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da disponibilização do sistema, salvo as disposições em contrario.

Art. 20. O Poder Municipal regulamentara o funcionamento residencial de pequenos estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância, Meio Ambiente e Saúde.

CAPITULO IV
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES
SEÇÃO I

Da recepção na Legislação Municipal do SIMPLES NACIONAL

Art. 21. Fica recepcionada na legislação tributaria do Município, o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte – Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, especialmente as regras relativas (Lei Complementar federal 123/2006, art. 123 a 41 na redação da Lei Complementar federal 128/2008):

- I. a definição de microempresa e empresa de pequeno porte, abrangência, vedações ao regime, forma de opção e hipóteses de exclusões;
- II. as alíquotas, base de calculo, apuração, recolhimento dos impostos e contribuições e repasse ao erário do produto da arrecadação;
- III. às obrigações fiscais assessorias, fiscalização, processo administrativo-fiscal e processo judiciário pertinente;
- IV. às normas relativas aos acréscimos legais, juros e multa de mora e de ofício, previstas pela legislação federal do imposto de renda e imposição das penalidades;
- V. à abertura e fechamento de empresas;
- VI. ao micro empreendedor individual – MEI:

§ 1º. O recolhimento do tributo no regime de que trata este artigo, não se aplica as seguintes incidências do ISS, em relação às quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

- a) em relação aos serviços sujeitos a substituição tributária ou retenção na fonte;
- b) na importação de serviços.

§ 2º. Poderá o Município, mediante deliberação exclusiva e unilateral, de modo diferenciado para cada ramo de atividade, conceder redução do ISS devido por microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese em que será realizada redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, relativo ao regime previsto neste artigo, na forma definida em resolução do Comitê Gestor Municipal.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 22. As regras baixadas pelo Comitê Gestor das microempresas e empresas de pequeno porte (Comitê Gestor) instituído pelo Artigo 2º da Lei Complementar nº 123/2006, desde que obedecida à competência que lhe é outorgada pela referida Lei Complementar, será implementada no Município por Decreto do Executivo (Lei Complementar federal nº 123/2006, art. 2º, I).

Parágrafo Único. Essa atribuição poderá ser delegada à Secretaria de Finanças ou ao Comitê Gestor Municipal, definido no artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, se este Órgão tiver competência para baixar atos normativos.

Art. 23. As alíquotas do Imposto sobre Serviços - ISS, das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no SIMPLES NACIONAL, serão correspondentes aos percentuais fixados para o ISS nos Anexos III, IV e V da Lei Complementar nº 123/2006, salvo se tais percentuais forem superiores às alíquotas vigentes no Município para as demais empresas, hipótese em que serão aplicáveis para as microempresas e empresas de pequeno porte estas alíquotas (Lei Complementar federal nº 123/2006, artigo 18, em especial §§ 5º, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20 e 24 e Anexos III, IV V).

§ 1º. A exceção prevista na parte final do "caput" não se aplicara caso à alíquota incidente para a microempresa e empresa de pequeno porte, seja inferior a 2% (dois por cento), hipótese em que será aplicada esta alíquota.

§ 2º. O Poder Executivo estabelecerá, quando conveniente ao erário ou aos controles fiscais e na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), as hipóteses de estabelecer valores fixos mensais para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS devido por microempresa que aufera receita bruta, no ano calendário (LEI Complementar federal nº 123/2009, art. 18, §§ 18, 19, 20 e 21).

Art. 24. No caso de prestação de serviços de construção civil prestados por microempresa e empresas de pequeno porte, o tomador do serviço será responsável pela retenção e arrecadação do Imposto Sobre Serviços devido ao Município, segunda as regras comuns da legislação desse imposto, obedecido o seguinte:

I. valor recolhido ao Município pelo tomador do serviço será definitivo, não sendo objeto de partilha com os Municípios e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional (Lei Complementar nº 123/2006, art. 18 §§ 4º, 6º e 21);

II. será aplicado o disposto no artigo 25;

III. tratando-se de serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da Lista de Serviços anexa a Lei Complementar nº 113 de 31 de julho de 2003, da base de cálculo do ISS será abatido o material fornecido pelo prestador dos serviços (Lei Complementar 123/2006, Art. 18, § 23).

Art. 25. Na hipótese de os escritórios de serviços contábeis optarem por recolher os tributos devidos no regime de que trata o artigo 19, o Imposto Sobre Serviços- ISS devido ao



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Município, será recolhido mediante valores fixos, devendo o Poder Público estabelecer forma e prazo desse recolhimento (Lei Complementar nº 123/2006, art. 18, §§ 22, 22- e 22-C na redação da Lei Complementar federal nº 128/2008).

§ 1º. Na hipótese do "caput", os escritórios de serviços contábeis, individualmente ou por meio de suas entidades representativas de classe, deverão:

I. promover atendimento gratuito relativo à inscrição e à primeira declaração anual simplificada do micro empreendedor individual - MEI, podendo, para tanto, por meio de suas entidades representativas de classe, firmar convênios e acordos com a União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, por intermédio dos seus Órgãos vinculados;

II. fornecer, na forma estabelecida pelo Comitê Gestor resultados de pesquisas quantitativas e qualitativas relativas às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional por eles atendidas;

III. promover eventos de orientação fiscal, contábil e tributaria para as microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo Simples Nacional, por eles atendidas;

§ 2º Na hipótese de descumprimento das obrigações de que trata o parágrafo anterior, o escritório será excluído do Simples Nacional, com efeitos a partir do mês subsequente ao do descumprimento, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Art. 26. A retenção na fonte de ISS das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, somente será permitida se observado o disposto no artigo 3º da Lei Complementar 116 de 31 de julho de 2003 e deverá observar as seguintes normas (LEI Complementar nº 123/2006, art. 18, § 6º e art.21, § 4º na redação da Lei Complementar nº 128/2008).

I. alíquota aplicável na retenção na fonte devera ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II. na hipótese de o serviço sujeito a retenção ser prestado no mês de inicio das atividades da microempresa ou da empresa de pequeno porte, deverá ser aplicado pelo tomador à alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

III. na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à microempresa ou empresa de pequeno porte prestadora dos serviços efetuarem o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do inicio de atividade, em guia própria do Município;

IV. Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte estar sujeita à tributação do ISS no SIMPLES NACIONAL por valores fixos mensais, não caberá a retenção a que se refere o "caput" deste parágrafo;

V. na hipótese de a microempresa e a empresa de pequeno porte não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

correspondente ao percentual de ISS referente à maior alíquota prevista nos Anexos II, IV e V, desta Lei Complementar;

VI. não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizada em guia própria do Município;

VII. o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os Municípios e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

Parágrafo Único. Na hipótese de que tratam os incisos I e II do "caput", a falsidade na prestação dessas informações sujeitara o responsável, o titular, os sócios ou os administradores da microempresa ou a empresa de pequeno porte, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrerem às penalidades previstas na legislação criminal e tributária.

Art. 27. O Poder Executivo, por intermédio do seu órgão técnico competente, estabelecerá os controles necessários para acompanhamento da arrecadação feita por intermédio do SIMPLES NACIONAL, bem como do repasse do produto da arrecadação e dos pedidos de restituição ou compensação dos valores do SIMPLES NACIONAL, recolhidos indevidamente ou em montante superior ao devido (Lei Complementar federal nº 123/2006, artigos 21 e 22).

Parágrafo Único. No prazo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor das normas tributárias relativas ao SIMPLES NACIONAL, a Procuradoria Fiscal do Município deverá firmar convenio com a Procuradoria da Fazenda Nacional para manter sob seu controle os procedimentos de inscrição em dívida ativa municipal e a cobrança judicial do Imposto Sobre Serviços – ISS, devidos por microempresas e a empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 41, § 3º).

Art. 28. Aplicam-se às microempresas e empresas de pequeno porte submetidas ao Imposto Sobre Serviços, no que couberem, as demais normas previstas na legislação municipal desse imposto (Sistema Tributário do Município).

§ 1º. Aplicam-se aos impostos e às contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, porem não optantes do SIMPLES NACIONAL, as demais normas previstas na legislação municipal desse imposto (Sistema Tributário do Município).

§ 2º. Deverão ser aplicados os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza às microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na Lei Complementar nº 12/2006, optantes ou não pelo SIMPLES NACIONAL e desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidos.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

SEÇÃO II

Do Micro empreendedor Individual - MEI

Art. 29. O micro empreendedor individual – MEI de que trata o inciso III do art. 4º, poderá recolher os impostos e contribuições abrangidos pelo SIMPLES NACIONAL em valores fixos mensais, independentes da receita bruta por ele auferida no mês, obedecidas às normas específicas previstas nos artigos 18-A, 18-B e 18-C da Lei Complementar federal nº 123/2006, na redação da Lei Complementar federal 128/2008 e na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

Parágrafo Único. Em relação ao disposto no “caput”, o valor relativo ao ISS, caso o micro empreendedor Individual - MEI seja contribuinte desse imposto, será de R\$ 5,00 (cinco reais), independente da receita bruta por ele auferida no mês, não se aplicando a ele qualquer isenção ou redução de cálculo relativo ao ISS, prevista nesta Lei Complementar.

SEÇÃO III

DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

SUBSEÇÃO I

Do Benefício Fiscal Relativo ao ISS

Art. 30. O valor do Imposto sobre Serviços devido pela microempresa e a empresa de pequeno porte, considerado o conjunto de seus estabelecimentos situados no Município, que, a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, venha a admitir e manter pelo menos mais um empregado regularmente registrado, fica reduzido dos percentuais a seguir, aplicados de forma proporcional à receita bruta anual auferida no exercício anterior:

I. 10% (dez por cento) até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II. 5% (cinco por cento) de R\$ 240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e hum centavo) até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

§ 1º. Enquanto não ultrapassado o limite máximo de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), durante todo o exercício do incentivo, os contribuintes recolherão o Imposto sobre Serviços com o desconto proporcional à receita bruta na forma prescrita no “caput”;

§ 2º. O benefício total de redução de base de cálculo concedido nos termos deste artigo, bem como do artigo 29 e do inciso I do artigo 33 não poderá resultar em alíquota inferior a 2% (dois por cento), devido no período pelo contribuinte.

SUBSEÇÃO II

Incentivo Adicional para Geração de Empregos

Art. 31. Como incentivo para a manutenção e geração de empregos, o contribuinte enquadrado neste regime como microempresa, com receita bruta anual de até R\$



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, fica autorizado a deduzir do imposto devido mensalmente, por empregado regularmente registrado (Lei Complementar nº 123/2006, art. 18, § 20):

- I. 1% (um por cento) por empregado, até o máximo de 05 (cinco);
- II. 2% (dois por cento) por empregado adicional a partir do 6º (sexto) registrado.

Parágrafo Único. O benefício a que se refere este artigo não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido em cada período de apuração.

SUBSEÇÃO III
Dos demais Benefícios

Art. 32. O pequeno empreendedor referido no inciso I do art. 4º e a microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, ficam:

- I. beneficiadas pela redução de 50% (cinquenta por cento) do valor das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comercio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença para Ocupação de Solo nas Vias e Logradouros Públicos;
- II. beneficiadas pela redução de 80% (oitenta por cento) das multas formais.

Art. 33. A microempresa que tenha auferido no ano imediatamente anterior receita bruta anual superior acima de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a partir da entrada em vigor da presente Lei e baixado o regulamento deste artigo pelo Poder Executivo Municipal, terá reduzida em 20% (vinte por cento) os valores das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização e de Funcionamento, de Licença para Comercio Ambulante e de Licença para Publicidade.

Art. 34. A redução prevista no inciso I do art. 30 e no art. 29 estende-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como Microempresas para efeito do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do art. 2º.



SUB - SEÇÃO II
Incentivo à Formalização

Art. 35. Até 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei, qualquer estabelecimento, contribuinte do imposto no Município, que se formalizar perante o cadastro municipal e que gere e mantenha pelo menos 01 (um) emprego devidamente registrado, terá direito aos seguintes benefícios:

- I. pelo prazo de 01 (um) ano a contar de sua inscrição no cadastro do Município, redução de 60% (sessenta) por cento do ISS devido, limitado a alíquota mínima de 2% (dois) por cento;
- II. isenção das taxas de Licença para Localização, de Fiscalização de Funcionamento, de Licença para Comercio Ambulante, de Licença para Publicidade e de Licença de Solo e nas Vias e Logradouros Públicos;
- III. dispensa de qualquer taxa relativa ao seu cadastramento.

§1º. Para fins deste artigo, consideram-se informais as atividades econômicas já instaladas no Município, sem previa licença para localização.

§2º. Ficarão eximidas de quaisquer penalidades quanto ao período da informalidade as pessoas físicas ou jurídicas, que desempenhem as atividades econômicas sujeitas a esta Lei e que espontaneamente, no prazo previsto no "caput", utilizarem os benefícios deste artigo.

§3º. As atividades econômicas já instaladas que tenham incompatibilidade de uso, nos termos das leis municipais aplicáveis, poderão obter alvará provisório para fins de localização, desde que não sejam atividades consideradas de alto risco, nos termos dispostos no regulamento.

§ 4º. O disposto nos incisos II e II deste artigo estende-se aos estabelecimentos comerciais e industriais enquadrados no Estado como microempresa para efeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, observado o limite de receita bruta prevista no inciso I do art. 2º.

§ 5º. O disposto no inciso I deste artigo aplica-se concomitantemente com o previsto no art. 29, desde que não resulte valor inferior à aplicação da alíquota mínima de 2% (dois por cento) da Lei Complementar nº 123/06, art. 18, § 20.

CAPITULO V
ACESSO AOS MERCADOS
SEÇÃO I
Disposições Gerais

Art. 36. Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresa de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

§ 1. Para o cumprimento do disposto neste artigo a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar nº 123/06, constantes dos artigos 42 e 49 e nos artigos seguintes desta lei, bem como em normas regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, (Lei complementar nº 123/09, artigos 42 e 49, especialmente):

- I. licitação destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- II. em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;
- III. em que estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, certames para aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 2º. O valor licitado por meio dos incisos I, II e III do parágrafo anterior, não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada civil.

Art. 37. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

§ 1º. Para os efeitos deste artigo:

- I. poderá ser utilizada a licitação por item;
- II. considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º. Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de pelo menos, 03 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento ser considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

Art. 38. Exigir-se-á na habilitação às licitações nas aquisições de bens ou serviços comuns, apenas o seguinte: (Lei Complementar nº 123/06, artigos 43 e 47):

- I. ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- III. inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;
- III. Certidão negativa de débito municipal, no INSS e do FGTS;

§ 1º. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

§ 2º. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por mais 02 (dois) dias úteis, a critério da Administração, cujo termo inicial correspondera ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 3º. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicara decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 91 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, par a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 39. As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos Órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas publicas e demais entidades de direito privado e controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequados à oferta de produtores locais ou regionais (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

§ 1º. As compras deverão sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º. A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 40. Sempre que possível, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas publicas e demais entidade de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

Art. 41. As aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolva produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverão ser dadas preferência pela utilização do pregão presencial (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

Art. 42. Na especificação de bens ou serviços a serem licitados, salvo razões fundamentadas, a exigência de "selo de certificação" devera ser substituído por atestados de qualidade ou equivalentes passados por entidades de idoneidade reconhecida (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 43. Nos procedimentos de licitação, devera ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto as entidade de apoio e representação das microempresas e das empresas de pequeno porte para divulgação em seus veículos de comunicação (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convênios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da ligação diretamente em seus meios de comunicação.

Art. 44. A Administração Pública poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/06, art. 47 e 48, II e § 2º e art. 49):

§ 1º. A exigência de que trata o "caput" deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2º. É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º. O disposto no "caput" não é aplicável quando:

- I. o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;
- II. subcontratação for inviável, não for vantajosa para a Administração Publica ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
- III. a proponente for consorcio ou sociedade de propósito específico, compostos em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no artigo 33 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

Art. 45. Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte (Lei Complementar nº 123/06, art. 47 e 48, II e § 2º e art. 49):

- I. o edital de licitação estabelecera que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser estabelecidas no Município e região de influencia;
- II. deverá ser comprovada a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;
- III. a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- IV. demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso III, a Administração Publica poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 46. As contratações diretas por dispensa de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/96, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município ou região de influencia (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

Subseção II

Certificado Cadastral da MPE

Art. 47. Para ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Município deverá (Lei Complementar nº 123/06, art. 47):

I. instituir e ou manter cadastro próprio para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região de influencia, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II. divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sitio oficial do Município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III. padronizar e divulgar as especificações dos itens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte, a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

Art. 48. Fica criado no âmbito das licitações efetuadas pelo Município, o Certificado de Registro Cadastral emitido para as microempresas e empresas de pequeno porte previamente registradas para efeito das licitações promovidas pelo Município (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

Parágrafo Único. O certificado referido no "caput" comprovará a habilitação jurídica, a qualificação técnico e econômico-financeiro da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Art. 49. O disposto nos artigos 45 e 46 poderá ser substituído por medidas equivalentes de caráter regional, nos termos de convenio firmado para esse fim (Lei Complementar nº 123/06, art. 47).

Subseção III

Estimulo ao Mercado Local

Art. 50. A Administração Municipal incentivara a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiara missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros Municípios de grande comercialização.



CAPITULO VI FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 51. A fiscalização das microempresas e empresas de pequeno porte, no que se refere aos aspectos de natureza não fazendários, tal como a relativa aos aspectos de uso do solo, de saúde, de meio ambiente e de segurança, devera ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento (Lei Complementar nº 123/06, art. 65).

§ 1º. Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de resistência ou embaraço a fiscalização.

§ 2º. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

§ 3º. Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma na primeira visita do agente publico, o mesmo formalizara Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento.

§ 4º. Os Órgãos ou entidades competentes definirão, em 90 (noventa) dias a contar da entrada em vigor desta Lei, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo.

CAPITULO VII ASSOCIATIVISMO

Art. 52. A Administração Publica Municipal, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulara a organização de empreendedores fomentando o associativismo cooperativismo, consórcio e a constituição de Sociedade de Propósito Específico formada por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável (Lei Complementar nº 123/06, art. 56).

Art. 53. O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município entre os quais (Lei Complementar nº 123/06, art. 56):

I. Estimulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do Município, visando o fortalecimento da cultura empreendedora como tema de organização, de produção, do consumo e do trabalho;

II. estimulo a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

- III. estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do Município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;
- IV. criação de instrumentos específicos de estímulo às atividades associativas cooperativas destinadas à exportação;
- V. apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;
- VI. cessão de bens e imóveis do Município;
- VII. isenção do pagamento de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, sob a condição de que cumpram as exigências legais da legislação tributária do Município.

Art. 54. A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros da CODEFAT- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, disponibilizados através da criação de programa específico para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem micro empreendedor, empreendedores de microempresa e empresa e empresa de pequeno porte, bem como suas empresas, na forma que regulamentar (Lei Complementar nº 123/06, art. 63).

Art. 55. Para os fins do disposto neste capítulo, o Poder Executivo poderá alocar recursos em seu orçamento.

CAPITULO VIII
ESTIMULO A INOVAÇÃO
SUBSEÇÃO I
Programas de Estimulo à Inovação

Art. 56. O Município manterá programas específicos de estímulo à inovação para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quando estas revestirem à forma de incubadoras, observando-se o seguinte (Lei Complementar nº 123/06, art. 65).

I. as condições de acesso serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas.

II. o montante de recursos disponíveis e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 1º. O Município terá por meta a aplicação de no mínimo, 20% (vinte por cento) dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou das empresas de pequeno porte.

§ 2º. Os Órgãos e entidades integrantes da Administração Municipal, atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica terão por meta efetivar suas aplicações no percentual mínimo fixado no "caput" deste artigo, em programas e projetos de apoio às microempresas ou as empresas de pequeno porte, divulgando, no primeiro trimestre de cada



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

ano, informação relativa aos valores alocados e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

§ 3º. Para efeito do "caput" deste artigo, o Poder Executivo poderá estabelecer parceria com entidades de pesquisas e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica e instituições de apoio.

Art. 57. As ações veiculadas a operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água, energia elétrica e demais despesas de infra-estrutura (Lei Complementar nº 123/06, art. 65).

§ 1º. O Poder Executivo manterá por si ou com entidade gestora que designar e por meio de pessoal de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de assessoria e avaliação técnica a microempresa e a empresa de pequeno porte.

§ 2º. O prazo máximo de permanência no programa é de 02 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 02 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes de transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 58. O Poder Público divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinara à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e a capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no Município (Lei Complementar nº 123/06, art. 65).

§ 1º. Os recursos referidos no "caput" deste artigo poderão complementar ou substituir contrapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos; cobrir gastos com divulgação e orientação destinada a empreendimentos que possam receber os benefícios dos projetos; servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresa e empresas de pequeno porte, em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação de conhecimento.

§ 2º. O Poder Público Municipal criará, por si ou em conjunto com entidade designada pelo Poder Público Municipal, serviço de esclarecimento e orientação sobre a operacionalização dos projetos referidos no "caput" deste artigo, visando ao enquadramento neles de microempresas e empresas de pequeno porte e à adoção correta dos procedimentos para tal necessários.

§ 3º. O serviço referido no "caput" deste artigo compreende a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte; a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles contidas e respectivas formas de atendê-las; apoio no preenchimento de documentos e elaboração de projetos; recebimento de editais e encaminhamento deles as



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

entidades representativas de micro e pequenos negócios; promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

SUBSEÇÃO II
Incentivos Fiscais à Inovação

Art. 59. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a instituir, após a análise do impacto orçamentário, programa de incentivo, sob forma de crédito fiscal, de tributos municipais em relação a atividades de inovação executadas por microempresas e empresas de pequeno porte, individualmente ou de forma compartilhada (Lei Complementar nº 123/art. 65).

§ 1º. Anualmente, o Poder Executivo Municipal, respeitada a Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, fixará dotação orçamentária da renúncia fiscal referida no "caput" deste artigo.

§ 2º. a desoneração referida no "caput" deste artigo terá como limite individual o valor Máximo de 50% (cinquenta por cento) dos tributos municipais devidos.

§ 3º. As medidas de desoneração fiscal previstas neste artigo poderão ser usufruídas deste que:

I. o contribuinte notifique previamente o Poder Público Municipal sua intenção de se valer delas;

II. o beneficiado mantenha a todo tempo registro contábil organizado das atividades incentivadas.

§ 4º. Para fins da desoneração referida neste artigo, os dispêndios com atividades de inovação deverão ser contabilizadas em contas individualizadas por programa realizado.

CAPITULO IX
Do Estimulo ao Credito e a Capitalização

Art. 60. A Administração Pública Municipal para estímulo ao crédito e a capitalização aos empreendedores e das empresas de micro e pequeno porte, fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de micro crédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sociedade de garantia de crédito, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região de influência.

Art. 61. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município e região de influência.

Art. 62. A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação, no Município, de cooperativas de crédito e outras instituições financeiras, públicas e privadas, que tenham



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 63. A Administração Pública Municipal fomentará a criação de Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito e Consumo, constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito, financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas e empresas de pequeno porte no Município, por meio da Sala do Empreendedor.

§ 1º. Por meio do Comitê, a Administração Pública Municipal disponibilizará as informações necessárias aos micro e pequenos empresários localizados no Município, a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e burocráticas.

§ 2º. Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento deste benefício.

§ 3º. A participação no Comitê não será remunerada.

Art. 64. A Administração Pública Municipal poderá, na forma que regulamentar, criar ou participar de fundos destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimo bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 65. Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com o Governo do Estado e União, destinados à concessão de créditos a micro e empreendimentos do setor formal instalados no Município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 66. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Adesão ao Banco da Terra (ou seu sucedâneo), com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento agrário, visando à instituição do Núcleo Municipal Banco da Terra no Município, (conforme definido por meio da Lei Complementar nº 93 de 04 de fevereiro de 1996 e Decreto Federal nº 3.475 de 19 de maio de 2000), para criação do projeto BANCO DA TERRA, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a micro empreendimentos do setor rural, no âmbito de programas de reordenação fundiária.

CAPITULO X

Da Educação Empreendedora e de Acesso à Informação

Art. 67. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1º. Estão compreendidos no âmbito do "caput" deste artigo ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como, a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º. Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudos; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores e outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

Art. 68. Fica o Poder Público Municipal autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.

§ 1º. Compreende-se no âmbito do "caput" deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica; a oferta de cursos de qualificação profissional; a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.

Art. 69. Fica o Poder Público Municipal autorizado a instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias da informação e comunicação, em especial à Internet e a implantar programa para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do Município.

§ 1º. Caberá ao Poder público municipal regulamentar e estabelecer prioridades no que diz respeito ao fornecimento do sinal de Internet, valor e condições de contraprestação pecuniária; vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros; condições de fornecimento, assim como, critérios e procedimentos para liberalização e interrupção do sinal.

§ 2º. Compreendem-se no âmbito do programa referido no "caput" deste artigo:

- I. abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet;
- II. fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;
- III. a produção de conteúdo digital e não digital para capacitação e informação das empresas atendidas;
- IV. a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;
- V. a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;
- VI. o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação;
- VII. a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 70. Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios ou parcerias com entidades civis públicas ou privadas e instituições de ensino superior, para apoio ao desenvolvimento de associações civis sem fins lucrativos, que reúnam individualmente as condições seguintes:

- I. ser constituída e gerida por estudantes;
- II. ter como objetivo principal propiciar aos seus partícipes, condições de aplicar conhecimentos técnicos adquiridos durante seu curso;
- III. ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas e empresas de pequeno porte;
- IV. por em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes;
- V. operar sob supervisão de professores e profissionais especializados.

CAPITULO XI
DAS RELAÇÕES DO TRABALHO
SEÇÃO I
Da Segurança e da Medicina do Trabalho

Art. 71. As microempresas serão estimuladas pelo Poder Público Municipal e pelos Serviços Autônomos da comunidade, a formar consórcios para o acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho (Lei Complementar nº 123/06, art. 50).

Art. 72. O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com sindicatos, instituições de ensino superior, hospitais, centros de saúde privado, cooperativas médicas e centros de referência do trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região e por meio da Secretaria de Vigilância Sanitária Municipal e demais parceiros, promover a orientação das micro e pequenas empresas em saúde e segurança do trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 73. O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com sindicatos, instituições de ensino superior e associações empresariais, para orientar as microempresas e as empresas de pequeno porte quanto à dispensa:

- I. da afixação de Quadro de Trabalho em suas dependências;
- II. da anotação de férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro;
- III. de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem;
- IV. da posse do livro intitulado "Inspeção do Trabalho";
- V. de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 74. O Poder Público Municipal, independentemente do disposto no artigo anterior desta Lei, também deverá orientar através da Sala do Empreendedor, por meio de parcerias e convênios com instituições de ensino superior e outras entidades, no sentido de que não estão dispensadas as microempresas e as empresas de pequeno porte, dos seguintes procedimentos:

- I. anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS;
- II. arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;
- III. apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social;
- IV. apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Art. 75. O Poder Público Municipal, por si ou através de parceiros ou conveniados, informará e orientará o empresário com receita bruta anual no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) e o micro empreendedor individual - MEI, no ato de inscrição ou pedido de Alvará de funcionamento, o quanto se refere às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas.

SEÇÃO II

Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 76. A Sala do Empreendedor orientará o empregador de microempresa ou empresa de pequeno porte, de que lhe é facultado fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

CAPITULO XII

Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais

Art. 77. O Poder Público Municipal poderá firmar parcerias com órgãos governamentais, instituições de ensino superior, entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais que visem à melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos rurais, mediante orientação, treinamento e aplicação prática de conhecimento técnico e científico, nas atividades produtoras de microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte ainda, sindicatos rurais, cooperativas e entidades da iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implantação de projetos de fomento à agricultura, mediante geração de e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos a pequenos e médios produtores rurais, contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento e o desenvolvimento de outras atividades rurais de interesse comum.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

§ 2º. Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no "caput" deste artigo, pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhoria aprovados pela Comissão, formada por 03 (três) membros representantes de segmentos da área rural indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa, tudo em conformidade com o regulamento próprio a ser baixado pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º. Estão compreendidas também, no âmbito deste artigo, as atividades de conversão do sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos corretos, com o objetivo de promover à auto-sustentação, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como, de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo.

§ 4º. Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal, disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo.

CAPITULO XIII

Do Acesso a Justiça

Art. 78. O Município poderá realizar com a iniciativa privada através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONGs, OAB e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às microempresas e empresas de pequeno porte, o acesso à Justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar 123/06.

Art. 79. Fica autorizado o Município a celebrar parcerias com entidade locais, inclusive com o Poder Judiciário estadual e federal, objetivando a estimulação e a utilização dos institutos de conciliação previa mediação e arbitragem para solução de conflitos e interesse das microempresas e empresas de pequeno porte localizadas em seu território (Lei Complementar nº 123/06, art. 75-A, na redação da Lei Complementar federal nº 128/2008).

§ 1º O estímulo a que se refere o "caput" deste artigo, compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados, sob a responsabilidade da Sala do Empreendedor.

§ 2º Com base no "caput" deste artigo, o município também poderá formar parceria com o Poder Judiciário, OAB, instituições de ensino superior, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

Art. 80. Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar federal nº 123/06, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ISS (Lei Complementar nº 123/06, art. 35 a 38, na redação da Lei Complementar nº 128/2008).

CAPITULO XV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 81. As empresas ativas e inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta Lei, terão 90 (noventa) dias para realizarem o recadastramento e nesse período poderão operar com alvará provisório, emitido pela Sala do Empreendedor, desde que a atividade não ofereça nenhum grau de risco, aferido pelo Corpo de Bombeiros.

Art. 82. O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais e ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção (Lei Complementar federal nº 123/06, art. 9º, §§ 3º a 9º, na redação da Lei Complementar federal nº 128/2008).

§ 1º. No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referido no "caput" deste artigo, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa ou da empresa de pequeno porte que se encontre sem movimento há mais de 03 (três) anos poderá solicitar a baixa dos registros dos órgãos públicos independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º. A baixa referida no parágrafo anterior, não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores.

§ 3º. A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 1º deste art. Importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 4º. Os órgãos referidos no "caput" deste artigo terão prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de São João de Pirabas
PODER EXECUTIVO

§ 5º. Ultrapassado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e das empresas de pequeno porte.

§ 6º. Executado o disposto nos §§ 1º e 3º deste artigo, na baixa de microempresa ou da empresa de pequeno porte aplicar-se-ão as regras de responsabilidade previstas para as demais pessoas jurídicas.

§ 7º. Para os efeitos do § 1º deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante o ano-calendário.

Art. 83. As matérias tratadas nesta Lei que não sejam reservadas pela Lei Orgânica do Município, poderão ser objeto de alteração por Decreto.

Art. 84. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

- I. a partir de 03 de janeiro de 2010, para os seguintes dispositivos relativos ao Micro Empreendedor Individual - MEI: art. 17; Inciso VI do art. 20 e o art. 28;
- II. a partir do primeiro dia do exercício seguinte os dispositivos relativos a renúncia fiscal adiante enumerados: Artigos 29 a 33;
- III. a partir da publicação, os demais artigos.

Art. 85. Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João de Pirabas - PA, em 29 de Dezembro de 2010.


LUÍS CLÁUDIO TEIXEIRA BARROSO
Prefeito Municipal

Publicado por afixação de acordo com o Art. 106 da LOM.